

Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: a retórica e a prática

Rural settlements on the political agenda of local development: Rhetoric and practice

Asentamientos rurales en la agenda política del desarrollo local: la retórica y la práctica

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*

Luis Antonio Barone**

Recebido em 28/11/03; aprovado e revisado em 28/05/04; aceito em 15/06/04.

Resumo: O texto procura discutir as relações dos assentamentos com o poder local, encarado como expressão de arranjos, de tensões, de gestão de novas estratégias de recusa e de aceitação à propostas de parcerias entre prefeituras e usinas da região e do engendramento de uma nova cultura. O artigo, produto inicial de um projeto em andamento, descreve ações das prefeituras e demais instituições públicas nos rumos dos assentamentos, encarados como alternativas de desenvolvimento local.

Palavras-chaves: assentamentos rurais; poder local; sustentabilidade e desenvolvimento local; assentamentos rurais e políticas públicas.

Abstract: The text seeks to discuss the relationships of the settlements with local power, seen as an expression of arrangements, of tensions, of administration of new strategies of refusal and of acceptance of proposals of partnerships between town halls and plants in the region and of the engendering of a new culture. The article, initial product of an on-going project, describes actions of the mayors and other public institutions as to the direction of the settlements, seen as alternatives of local development.

Key words: rural settlements; local power; sustainability and local development; rural settlements and public strategies.

Resumen: El texto busca discutir las relaciones de los asentamientos con el poder local, encarado como expresión de arreglos, de tensiones, de gestión de nuevas estrategias de recusa y de aceptación a las propuestas de aparcerías entre ayuntamientos y usinas de la región y del engendramiento de una nueva cultura. El artículo, producto inicial de un proyecto en andamiento, describe acciones de los ayuntamientos y demás instituciones públicas en los rumbos de los asentamientos, encarados como alternativas de desarrollo local.

Palabras claves: asentamientos rurales; poder local; sustentabilidad y desarrollo local; asentamientos rurales y políticas públicas.

O presente artigo é consequência de um ciclo de 18 anos de estudos voltados à temática dos assentamentos rurais, no qual temos nos defrontado com situações paradoxais e temos tido clareza de que os assentamentos, processos sociais complexos devem ser investigados em sua multidimensionalidade, expressão da diferenciação das experiências e da necessária avaliação crítica de sua análise pelo prisma da univocidade. Ressaltamos, em tempo, que este artigo é produto inicial de um projeto de pesquisa que se encontra em andamento¹. A reflexão aqui exposta, portanto, constitui-se em um momento provisório da investigação, dando conta apenas de cercamentos teóricos e empíricos parciais.

O fato dos assentamentos conduzirem ao debate de uma pluralidade de questões, a diversidade de enfoques teórico-metodológicos e a realidade dinâmica deste nosso objeto de estudo tem nos revelado a necessidade de não trabalharmos como se fossem compartimentos estanques e espacialmente demarcados.

A nossa recusa em analisar os assentamentos a partir de um único enfoque tem implicado em um compromisso de propor à reflexão um conjunto de idéias que retratem a complexidade, a diversidade, a multidisciplinariedade e a manutenção de um diálogo crítico com os estudos que procuram discutir assentamentos a partir de indicadores sócio-econômicos.

Os assentamentos inserem-se em uma rede de relações, cuja discussão tem sido por nós enfrentada com referenciais analíticos que têm como parâmetros a constituição de categorias e não a construção de instrumentos de medidas. Tal escolha tem nos levado a sair a campo e, como aconselha Bourdieu (1989), por em "ação" nossas teorias. A realidade dos assentamentos exige cuidadosa vigilância para não passar da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito (GIANOTTI, 1976, p. 163), como se essa passagem pudesse dar-se mecanicamente, sem uma atenção ao processo pleno de contradições dos assentamentos.

* Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA - Araraquara (mestrado@uniara.com.br).

** Professor do Departamento de Planejamento da UNESP/Presidente Prudente (mestrado@uniara.com.br).

Face aos dilemas de análise destes processos complexos e à quase inexistente produção acadêmica sobre sua relação com os rumos do desenvolvimento local/regional, propomo-nos nas presentes reflexões aprofundar a rede de relações dos assentamentos com o poder local, não encarado em suas externalidades, mas como expressão de arranjos, de tensões, de gestação de novas estratégias de recusa e de aceitação à propostas vindas de parcerias entre prefeituras e usinas da região e do engendramento de novas formas de poder, talvez de uma “nova cultura política”.

A trama de tensões na inserção dos assentamentos no desenvolvimento local

A idéia de uma trama de tensões como instrumento analítico de compreensão da realidade busca a superação da noção de “*impacto*”, entendida como externalidade e tão utilizada em pesquisas recentes sobre a temática da inserção social dos Projetos de Assentamentos Rurais em distintos contextos regionais. Por meio dessa construção analítica, os assentamentos (elementos presentes há cerca de 18 anos na região de Araraquara e, se com menos tempo na região do Pontal do Paranapanema, certamente com mais importância social e política) são compreendidos como constitutivos de uma realidade complexa. Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista.

Assim, falar em trama de tensões implica ressaltar os pontos críticos, os nós górdios das relações construídas por distintos atores, sendo destacados nesse estudo os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas. Os pontos de tensão privilegiados nesse artigo estão enfiados nos campos econômico e político, nos quais os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes – o que

não deve ser tomado como idealização, nem como padrão homogêneo – com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das alternativas de desenvolvimento e de distintos projetos políticos – gestados tanto na esfera pública quanto na privada – é gerador dessa trama de tensões, opondo agentes, racionalidades e interesses diversos, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Tal movimento que não se apresenta como caminho de mão única exige a análise das singularidades das **ações de resistência, acomodação ou conflito** que se sucedem no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno, seja ele o meio natural, a realidade político-institucional ou os contextos culturais e econômicos.

Assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais e no circuito do desenvolvimento local é encarada como o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária.

Essas relações de forças compõem um campo de disputas onde as tensões se expressam por possíveis conflitos, acomodações e resistências. É oportuno citar aqui o conceito de campo, conforme o concebeu Pierre Bourdieu (1989), espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa.

No caso da perspectiva deste projeto, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento.

A noção de trama de tensões, que sustenta teoricamente este artigo nos parece profundamente imbricada no conceito de

modos de vida, perspectiva que encerra as nossas preocupações teóricas desde há muito. Ela enfatiza as dimensões teóricas (aspirações, projetos, representações) e práticas (estratégias, habitus) da ação do grupo social dos assentados, sempre numa relação de força com outros agentes. E leva em conta ainda suas relações com a natureza.

O modo de vida em questão é constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade (entendida como sustentabilidade social e econômica) num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu (1989).

Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) têm no âmbito local (municipal e microrregional) o cenário privilegiado das presentes discussões. Isso porque cresce cada vez mais a importância dessa esfera na definição de estratégias de desenvolvimento local/regional.

As possibilidades e diversidades da constituição dessa trama de tensões, na inserção local dos assentamentos rurais exigem a compreensão do poder público municipal não apenas como uma força externa, conforme se tem suposto em pesquisas anteriores, mas leva em consideração duas determinações que nos parecem fundamentais: 1) a ação dos poderes públicos locais (Prefeituras e demais intuições públicas) como escala geográfica fundamental na luta pelo poder e afirmação política dos agentes assentados, constituindo uma teia de relações e de confrontos de interesses (Abramovay, 2003) que explicita a trama de tensões a ser investigada; 2) o princípio de que o poder público local não é agente neutro no processo – como de resto todo o aparato estatal – definindo suas ações mediante o jogo de forças sociais na conjuntura estudada. Os interesses econômicos e os compromissos políticos perfazem essa conjuntura na escala local, privilegiada no projeto, levando-se em consideração a coincidência com um período histórico marcado pela chegada ao poder federal de uma coalizão de forças políti-

cas lideradas pela esquerda (governo Lula, 2003-2006), cuja preocupação com a temática da Reforma Agrária é patente.

A referida sustentabilidade, econômica ou social dos assentamentos, perspectiva não idealizada, mas analisada em um contexto de disputas e conflitos, ações de acomodação e de resistência, fornece a perspectiva destas tensões, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração. A inserção se dá mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações. No que tange às prefeituras, essa rede de relações políticas é constituída através das parcerias, dos projetos específicos, da prática clientelista e disputa de projetos distintos, com a possibilidade de construção do que já denominamos acima de uma “nova cultura política”, fazer-se pautado pelo aprofundamento da participação popular nos fóruns deliberativos. O jogo das forças sociais nesse campo revela tensões, reciprocidades e mediações que precisam ser analisadas, a fim de se compreender melhor o dramático processo de inserção dos Projetos de Assentamentos nos espaços microrregionais e locais.

Os Assentamentos Rurais na região de Araraquara (SP): as contradições da modernização agrícola e o poder do agronegócio

Fruto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 18 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o P.A. Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Divisão Regional de Saúde (DIR-Araraquara).

Conforme podemos observar no quadro abaixo, um mesmo projeto de assentamento, instalado sob coordenação do governo estadual por etapas e ao longo de anos, distribui-se por três municípios vizinhos, o que revela um fator complicador para a implementação de uma política local de desenvolvimento.

No mesmo período em que o ITESP instalou o núcleo mais recente do P.A. Monte Alegre - o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) - o mes-

mo órgão assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área anteriormente pertencente à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) localizada no distrito de Araraquara que dá nome ao Horto. As dimensões deste P.A., além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI da Monte Alegre, fazem com que o horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande P.A. Monte Alegre.

Quadro I: Distribuição de lotes e famílias por núcleo e município - P.As. Monte Alegre e Bueno/ITESP

Núcleo	Município	Lotes	Famílias
M.A. I	Motuca	49	49
M.A. II	Motuca	62	64
M.A. III	Araraquara	76	76
M.A. IV	Motuca	49	49
M.A. V	Motuca	34	4
M.A. VI	Araraquara	96	96
H. BUENO (apêndice do P.A. M. Alegre).	Araraquara	31	31

Fonte: ITESP/Sec. Saúde (DIR-Araraquara).

Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de Assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o P.A. Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas (estimadamente) e o mesmo número de famílias. O P.A. Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989.

A observação das formas e da execução da assistência técnica revela uma relação de estranhamento na esfera das competências e um certo descompasso - no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro - entre o órgão promotor e o órgão gestor, situação que leva, não poucas vezes, a conflitos entre técnicos e entre técnicos e assentados.

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronogra-

ma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (Ferrante e Barone, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros, além da presença intensa da avicultura. A maior parte das terras da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara,

a cerca de 32 mil hectares - e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agro-industrial da região.

Leve-se em conta que - em função mesmo desse entorno sócio-econômico - a maioria das famílias assentadas na região tem sua origem de trabalho imediatamente ligada a essa economia. Perto de 70% dos assentados no P.A. Monte Alegre, especialmente dos núcleos II e IV foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja, enquanto que no projeto Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%.

Os dilemas da inserção regional desses P.A. não se referem apenas à origem das famílias - um retrato das contradições dessa modernização agrícola - ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com as forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente nas áreas reformadas. No P.A. Monte Alegre - o que mais recebeu trabalhadores oriundos da cultura de cana da região - antes mesmo da conclusão do longo processo de instalação dos 6 núcleos de assentamentos uma proposta de plantio de cana, em parceria com uma usina das vizinhanças, mobilizou os assentados e suas lideranças, todos contrários à introdução dessa cultura no projeto (STETTER, 2000).

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constitui em uma sombra a nublar, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fazia presente especialmente no núcleo de assentamento da Fazenda Monte Alegre. À reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade na qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura, combina-se a experiência que acenavam com a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos com auxílio de agricultura alternativa (WHITAKER, 2003). Estratégias são criadas e recriadas, com frequência, como parte de arranjos familiares. Assentados ainda que em pequeno número, recorrem a materiais orgânicos e animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados, desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra 7 toneladas de calcário em seu lote até a utilização de formas naturais (adubo verde e adubo orgânico) para fertilizar a terra chegaram a configurar estratégias outras de sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada nova entrada da cana.

No recente quadro de gestão municipal (2001-2004), a proposta do "consórcio" entre a Usina Santa Luiza (de Motuca) e o projeto de assentamento Monte Alegre, já debatida no ano de 1993 volta à pauta, exatamente através do prefeito, ele mesmo ex-funcionário da usina.

De um lado, a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares, como reação ao próprio cercamento das usinas. Ou então começam a trabalhar fora - como motorista e em outras atividades não agrícolas - para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados, inicia em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território.

O movimento da cana repõe problemas envolvendo o poder local, expressos em conflito, ações de acomodação e de resistência. A pressão das usinas se utiliza de políticos locais como prefeitos e vereadores ligados a estas empresas. A questão da cana expressa a trama das tensões subjacentes à relação poder local e assentamentos, objeto priorizado no presente projeto de pesquisa.

Igualmente, como parte desta trama, há que se contextualizar ações das prefeituras envolvidas administrativamente na gestão dos assentamentos referidos, no caso, Araraquara, Matão e Motuca.

Dentre tais ações, cabe destacar as iniciativas referidas à ampliação e à redefinição do projeto político - pedagógico para as escolas dos assentamentos. No assentamento Bela Vista do Chibarro, a escola passou a atender alunos da 5ª a 8ª série, foram implantados curso de alfabetização de adultos, cursinhos populares, pré-vestibulares, cujos rumos nos permitem inserir na presente investigação a questão dos jovens e o futuro dos assentamentos e oficinas pedagógicas de direitos humanos envolvendo crianças de 8 a 12 anos.

Além disso, o projeto Educação para o Campo, o qual tem fortes ligações com a proposta político-pedagógico do MST foi inserido no assentamento Bela Vista do Chibarro e em um núcleo da Fazenda Monte Alegre, elemento que conta efetivamente na análise do papel dos assentamentos na agenda política do desenvolvimento local.

Assentamentos e desenvolvimento local: a retórica e a prática

A valorização dos espaços locais e da capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento econômico e social enquanto temática de investigação é bastante recente na literatura especializada no Brasil.

Essa tendência, marcada por estudos sobre redes institucionais “que permitem ações cooperativas - que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade” (ABRAMOVAY, 2003, p. 84), está ainda bastante ausente quando se trata da investigação social nos projetos de assentamentos.

No tocante ao planejamento público das intervenções pró-desenvolvimento rural no Brasil, somente a partir da segunda metade da década de 1990 é que tal enfoque ganha importância decisiva. Segundo analistas da temática, o fundamental nessa nova tendência “é a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o

enfoque da sustentabilidade - um conceito holístico, cuja abrangência envolve os condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros” (FLORES e MACEDO, 1999, p. 43).

Quando essa discussão se volta para a realidade dos assentamentos rurais, podemos citar que há anos a questão da descentralização das experiências de assentamentos vem se apresentando como problemática para os órgãos oficiais gestores da reforma agrária. Esse processo, ainda incipiente e incerto, faz aumentar a importância das prefeituras no desenvolvimento de ações institucionais nos P.A. No âmbito federal, já no início da década de 1990, essa problemática começa a aparecer através do debate acerca da “emancipação” dos assentamentos. Na época, alguns projetos, como o chamado Projeto Lumiar, foram esboçados e “oficialmente” lançados, embora sua implementação - sobretudo no Estado de São Paulo - acabasse praticamente abortada. Ainda nesse período, mais especificamente a partir do governo transitório de Itamar Franco (1992-1994), algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passam a privilegiar a chamada agricultura familiar como “linha estratégica do desenvolvimento rural” (ABRA, 1994, p. 161). Com isso, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária.

Em abril de 1999, já no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é apresentado o documento *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural - Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*, base das iniciativas federais no tocante à questão da produção familiar como um todo e dos assentamentos rurais em especial, já que preconiza, em sua apresentação, a “reformulação da reforma agrária” (cf. versão digital divulgada pelo governo federal). Buscando estabelecer uma linha de continuidade desde as ações do governo Itamar Franco, o documento cita a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, como um passo primeiro na direção de uma política completa para o setor. Sobre o PRONAF,

ressalta-se que sua viabilização no âmbito municipal cobra a organização de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, fórum cujas atribuições foram aperfeiçoadas nas diretrizes do *Novo Mundo Rural*.

Reconhecendo que o desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos responsáveis pelos mesmos, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática eminentemente política da reforma agrária, qual seja, a forte pressão da mobilização popular e de diversas organizações não governamentais, o *Novo Mundo Rural* apresentou como premissas o objetivo do desenvolvimento local e a articulação de todas as instâncias do poder público para a sua consecução.

Concomitantemente, o privilégio da esfera local (municipal e microrregional) é patente. Trata-se, segundo o próprio documento, de um “retorno ao território” como base de iniciativas para o desenvolvimento, em substituição a uma perspectiva setorial, ineficaz na promoção da sustentabilidade idealizada.

A proposta federal reforçaria a importância da base local para o desenvolvimento sustentável dos P.A., propondo linhas de investimentos (via PRONAF), parcerias (termo, a partir de então, substituto do pouco eficiente e burocrático “convênio”) e, acima de tudo, uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e suportar a difícil trajetória de consolidação dos assentamentos. Deste ponto de vista, a visível ineficiência e descontrole das políticas de investimento nos P.A. poderia ser superada.

Nota-se que essa nova abordagem queria dotar o espaço municipal e microrregional de uma capacidade de decisão e monitoramento até então inexistente. Com relação aos casos estudados, este foco se prende a um debate cujos agentes privilegiados não são exatamente os agricultores familiares assentados. Como exemplo do quanto de deliberação cabia ao âmbito local até então, cita-se a existência apenas das comissões de seleção municipal, uma simples etapa do processo burocrático de inclusão/exclusão de famílias nos P.A.

No *Novo Mundo Rural* estimulou-se a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, responsáveis pela elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável - e de derivados Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) - sob controle dos agentes institucionais locais, como Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Sindicatos e outras entidades civis, sempre com a participação de técnicos dos órgãos federais e estaduais voltados para o desenvolvimento da agricultura e reforma agrária (INCRA, Secretarias Estaduais, etc.). São esses planos, elaborados localmente, que idealmente deveriam orientar as ações governamentais em todos os níveis, garantindo um controle local bastante preciso sobre os rumos da dinâmica da produção familiar.

Entretanto, na prática, avaliando-se as diferenciadas formas de ação levadas a diante pelas prefeituras face aos projetos de assentamentos rurais, chegamos à conclusão de que as mesmas expressam um jogo de forças que transcende a dimensão meramente institucional e põem em questão interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes deste jogo. A compreensão desta trama nos leva, de certa forma, a retomar a discussão dos assentamentos como uma política estatal definida pelo jogo das forças sociais e das relações de poder das classes envolvidas (FERRANTE & SILVA, 1988). Nesse momento da nossa reflexão, a rejeição de uma leitura possível de concepção do Estado e do desenvolvimento local que pudessem levar a uma visão maniqueísta e controladora do seu raio de ação, levou-nos a aceitar a concepção gramsciana de Estado, como um campo de forças sociais que atravessa os rumos de tal desenvolvimento.

Desta ótica, vemos a relação assentamentos rurais/desenvolvimento local como parte de um campo político, cuja trama de tensões é constituída pela mobilização dos atores assentados, sujeitos políticos que travam relações com as instituições públicas (principalmente de âmbito municipal); tanto mediante práticas clientelistas com fins eleitorais, como através da participação nos diferentes fóruns municipais de discussão de planos para o desenvolvimento rural (Con-

selho Municipal de Desenvolvimento Rural e também o Orçamento Participativo). O fato dos assentados serem beneficiados por projetos específicos desenvolvidos pelas Prefeituras (como feiras de produtores assentados e patrulhas agrícolas) gera tensões de diferentes ordens. As relações travadas entre as lideranças assentadas e os agentes políticos do município levam os assentamentos a entrarem ou não na agenda política das prioridades de desenvolvimento local/regional.

Nota:

¹ “Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de resistência e de acomodação” (pesquisa com auxílio do CNPq e com vigência prevista para o triênio 2004-2006), projeto coordenado por pesquisadores da UNIARA/Araraquara e da UNESP - Campus de Araraquara e Presidente Prudente.

Referências bibliográficas

- ABRA. Reforma agrária e desenvolvimento rural no Brasil. Palestra do Presidente do INCRA. Reforma Agrária. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, n. 3, vol. 24, set./dez. 1994.
- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.
- BARONE, Luis Antonio. Códigos tradicionais e estratégias familiares nos assentamentos. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.). *Retratos de assentamentos - auto-retratos*, NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, ano II, n. 3, 1995.
- BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. *Revista Perspectiva*, São Paulo: EDUNESP, vol. 17-18, 1995/96.
- BARONE, L.A. *Revolta, conquista e solidariedade: A economia moral dos trabalhadores rurais em Três Tempos*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL, UNESP, Araraquara, 1997.
- _____. *Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária*. 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, UNESP Campus de Araraquara, 2002.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) Censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo. Pesquisa Multicamp/UNESP. In: *Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos do Estado de São Paulo*. Dezembro de 1995.
- FERRANTE, V.L.S.B. *Les expériences de la réforme agraire dans un champ de lutttes: La violence dissimuléé*. 9 th World Congress of Rural Sociology (IRSA). Bucareste, Julho de 1996.
- FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A.M. A política de assentamentos e o jogo das forças sociais no campo. *Perspectivas*, São Paulo: EDUNESP, 11, 1988.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.. Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et alii. *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Araraquara: UNIARA; Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.
- FLORES, M.X.; MACEDO, M.M.C. Novos rumos de desenvolvimento rural. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B. (eds.). CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- GIANOTTI, José Arthur. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. In: *Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 17, jul./set. 1976.
- MEDEIROS, L.S.de.; LEITE, S.P. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- MEDEIROS, L.S. et alii. Os efeitos políticos dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- STETTER, E.A. *A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?*, 2000. Dissertação (Mestrado) - FCL, UNESP, Araraquara, 2000.
- WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara: FCL/UNESP, NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ano VI, n. 8, 2000.
- _____. Crianças em assentamentos de reforma agrária: um estudo das possibilidades de um novo modo de vida. In: *Retratos de assentamentos*. Araraquara: FCL/UNESP, NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ano VI, n. 8, 2000.
- WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara-SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et alii. *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Araraquara:UNIARA; Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.